

Júlio Campos pede urgência para a nova lei das águas

Senador cobra definição antes que avance "a degradação crítica" dos recursos hídricos. Ele lembra que o código em vigor já tem 60 anos e se encontra desatualizado

Senado vota projeto que obriga hospital a prestar contas a paciente

Toda vez que uma pessoa estiver recebendo alta de um hospital público ou conveniado do SUS, a administração será obrigada a apresentar ao paciente ou seu responsável a lista dos ser-



Marina Silva

viços que lhe foram prestados e dos remédios que ela tomou durante a internação. A exigência consta de projeto de lei a ser votado nesta quinta-feira (dia 31) pelos senadores, em plenário.

Caso o paciente constate algum erro, ele terá de fazer a reclamação em até 10 dias ao hospital ou a um órgão do SUS. Conforme o autor do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), essa prestação de contas já é feita pelos hospitais privados e, no caso dos hospitais públicos e conveniados, será uma arma

a mais no combate às fraudes.

Ainda na quinta-feira, os senadores votarão projeto que garante a meia-entrada (desconto de 50%) para estudantes e pessoas com mais de 60 anos em casas de diversão e espetáculos, casas de cultura, museus e praças esportivas. Hoje, só os cinemas e teatros oferecem a meia-entrada.

O projeto, de Marina Silva (PT-AC), estabelece que deverão ser aceitas as carteirinhas estudantis, desde que aprovadas pelo governo do estado. No caso dos idosos, bastará a carteira de identidade. Também serão votados nesta semana a renovação da concessão de emissoras de rádio e TV, os nomes de embaixadores do Brasil e acordos externos.

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu a rápida apreciação pelo Congresso Nacional de uma nova lei para gestão dos recursos hídricos do País, em substituição ao atual Código de Águas, que já tem 60 anos e se encontra desatualizado.

Proposta nesse sentido está tramitando na Câmara dos Deputados, na forma de substitutivo a projeto de lei originalmente enviado pelo governo ao Legislativo, em 1991. Júlio Campos quer uma mobilização parlamentar para a rápida definição da nova legislação sobre recursos hídricos, antes que avance "a degradação crítica das águas".

Na avaliação do senador, o atual Código de Águas foi um grande avanço quando surgiu, 60 anos atrás. Hoje, explica ele, essa lei não mais atende ao quadro atual de nossos problemas. "Um conceito-chave de superação do Código de Águas é que, modernamente, a gestão se deve fazer integralmente, por bacia hidrográfica e não por curso d'água isolado", acrescentou.

Júlio Campos defendeu a urgente instituição de um sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos, observando que diversos estados e municípios já desenvol-



Júlio Campos

veram iniciativas de gestão integrada, pressionados pelo agravamento da situação.

O único segmento usuário de água que se estruturou de forma histórica foi o setor elétrico, analisa Campos, apontando para a rede de usinas hidrelétricas. "Outros setores, saneamento, irrigação, navegação, tardaram a estruturar-se institucionalmente e, quando o fizeram, foi de forma contaminada por uma visão assistencialista, faltando-lhes viabilidade econômica", observou.

Para o senador, a complexidade do uso dos recursos hídricos fica ainda mais patente "se lembrarmos que não se trata apenas de gerir os benefícios do usufruto da água, mas também de impedir seus efeitos destrutivos, as enchentes, que para serem controladas exigem obras hidráulicas".

**Mauro Miranda
busca socorro
para agricultura**

Página 2

**Assentados têm
uma vida melhor,
constata Odacir**

Página 2

Ademir condena tratamento a garimpeiros

E Lobão afirma que Vale só deve ser privatizada se o Senado autorizar. Página 3

Assentamentos melhoram o padrão de vida no campo, afirma Odacir Soares

Beneficiários da distribuição de terras têm uma renda mensal de 3,7 salários mínimos, segundo pesquisa apresentada pelo senador

Com base no relatório final do projeto BRA 87/022 - uma pesquisa sobre os assentamentos de reforma agrária -, o senador Odacir Soares (PFL-RO) disse que, realizado de forma pragmática e bem organizada, o programa de assentamento de populações rurais de baixa renda "resultará no melhoramento dos indicadores sócio-econômicos do setor rural do Brasil e da sociedade como um todo".

Odacir Soares afirmou que a pesquisa, executada pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), concluiu que o programa de assentamento nas



Odacir Soares

áreas desapropriadas pelo Incra revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo.

RENDA

Segundo o senador, a pesquisa mostrou que os beneficiários da

distribuição de terras geraram, em média, uma renda mensal por família equivalente a 3,70 salários mínimos, valor superior à média de renda passível de ser obtida por trabalhadores rurais:

- Em resumo, os resultados da pesquisa do projeto BRA 87/022 sugerem que os assentamentos de reforma agrária representaram uma melhoria significativa dos seus benefi-

ciários, tanto em termos de superação da pobreza rural como no que diz respeito à situação de emprego e mortalidade infantil.

ALIMENTOS

A pesquisa revelou ainda, conforme informou Odacir Soares, "que os assentamentos, além de colaborarem no aumento da produção de alimentos, foram eficientes em desenvolver um setor de agricultura comercial". Ao mesmo tempo, a pesquisa constatou que a produtividade, em geral, dos assentamentos é baixa, comparada ao contexto regional, e que ainda há dificuldades na relação com o meio ambiente, principalmente na região amazônica.

Mauro alerta para situação de quem planta, em Goiás

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu aos ministros Antônio Kandir, do Planejamento, e Pedro Malan, da Fazenda, que socorram a agricultura de Goiás, colocando recursos no Banco do Brasil para atender aos agricultores descapitalizados, "que não querem cruzar os braços, porque plantar é a sua vocação, sua profissão, o seu jeito de viver".



Mauro

Para Mauro, o Banco do Brasil, "que tem sido praticamente a única fonte de financiamento da agricultura do Centro-Oeste, não é o mesmo", e o estado de Goiás vem sofrendo com a redução dos financiamentos e os procedimentos burocráticos que atrasam a liberação dos recursos e o calendário dos plantios.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h - Despachos internos
- 11h - Recebe o embaixador Seixas Correia
- 11h30 - Recebe o ministro Raul Jungmann
- 12h - Recebe o prefeito de Born Jesus das Selvas, padre Ribamar
- 14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão deliberativa do Senado
- Pauta:** Discussão em turno único dos PDLs nº 66/96, que aprova o texto do Acordo assinado entre o governo do Brasil e o governo da Malásia, sobre serviços aéreos entre os respectivos territórios; e nº 73/96, que aprova texto da Convenção Interamericana sobre Tráfego Internacional de Menores, ultimada na Cidade do México; e votação em turno único de quatro **Requerimentos** de inclusão de projetos em ordem do dia.

COMISSÕES

- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
- Pauta:** A ser definida. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa
- 17h - Comissão de Educação
- Pauta:** A ser definida. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA OS PRÓXIMOS DIAS

- Quarta-feira (30.10.96)
- 14h30 - Sessão deliberativa do Senado
- Pauta:** Homenagem do 50º aniversário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria CNTI (durante o período da Hora do Expediente); votação nominal dos PDLs nº 13/96, que aprova renovação da autorização da outorga deferida à Fundação Roquete Pinto, na cidade de São Luís/MA; nº 16/96, que renova a concessão da Rádio Educação Rural Ltda., na

cidade de Campo Grande/MS; nº 18/96, que renova a concessão da Rádio Sociedade Difusora a Voz de Bagé Ltda., na cidade de Bagé/RS; nº 20/96, que renova a concessão da Rádio Barretos Ltda., na cidade de Barretos/SP; nº 23/96, que renova a concessão outorgada à Túlio Fontoura Cia. Ltda., na cidade de Passo Fundo/RS; nº 54/96, que renova a concessão outorgada à Televisão Gaúcha S.A., na cidade de Porto Alegre/RS; nº 55/96, que renova concessão outorgada à Rádio Liberdade do Rio Grande do Sul Ltda., na cidade de Viamão/RS; e nº 56/96, que renova a concessão da Lins Rádio Clube Ltda., na cidade de Lins/SP; discussão em turno único das **Mensagens** nº 206/96, que submete a escolha do diplomata Luís Brun de Almeida e Souza para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire, exercer o cargo junto à República do Burkina Faso; nº 208/96, que submete a escolha do diplomata Virgílio Moretzsohn de Andrade para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, exercer o cargo junto à República Democrática do Sudão; nº 209/96, que submete a escolha do diplomata Jorge Saitarelli Júnior para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Sunname; e nº 215/96, que submete a escolha do diplomata Luiz Fernando do Couto Nazareth para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Quinta-feira (31.10.96)

- 14h30 - Sessão deliberativa do Senado
- Pauta:** Votação em turno único de seis **Requerimentos** de inclusão de projetos em ordem do dia.

COMISSÕES

- Quarta-feira (30.10.96)
- 10h - Comissão Especial das Clínicas Geriátricas
- Pauta:** Depoimentos dos médicos Mansur José Mansur e Eduardo Quadros Spinola, diretores da Clínica Santa Genoveva, da cidade do Rio de Janeiro. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho
- 17h30 - Comissão de Fiscalização e Controle
- Pauta:** A ser definida. Sala 06 - Ala Senador Alexandre Costa

Ademir condena tratamento a garimpeiros de Serra Pelada

Senador lamenta a forma "covarde e humilhante" com que os trabalhadores foram desalojados da área que ocupavam

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou contra a forma "covarde e humilhante" com que foram tratados os garimpeiros de Serra Pelada, no Pará, desalojados na quinta-feira (dia 24) pela Polícia Federal da área pública que ocupavam na região. Para ele, o fato demonstra que "o Presidente candidato se empolgou com o cargo ou com sua professa sabedoria e hoje acha que tudo pode".

- Eu gostaria de saber como está neste momento a consciência do candidato a presidente Fernando Henrique Cardoso diante do seu ato de utilizar as Forças Ar-



Ademir Andrade

madas brasileiras e a Polícia Federal para desalojar garimpeiros, que são cidadãos brasileiros buscando uma oportunidade na vida - disse o senador, na convicção de

que essas medidas foram tomadas para facilitar "a entrega da Companhia Vale do Rio Doce ao capital multinacional".

Ademir Andrade, que iria com alguns deputados a Serra Pelada, lamentou que o governo do Pará tenha permitido "essa intervenção branca e lave as mãos diante da barbaridade que está se cometendo". A seu ver, o governador deveria "ter colocado todo o corpo jurídico do estado para dar cobertura aos garimpeiros e usar a força política para obrigar a Vale a negociar com os verdadeiros donos do ouro uma indenização justa".



Edison Lobão

Lobão: Vale só deve ser vendida se Senado autorizar

"Nós podemos tranquilamente votar uma resolução proibindo a venda da Companhia Vale do Rio Doce, e creio que é o que o Senado vai fazer", disse, em entrevista, o senador Edison Lobão (PFL-MA), salientando que "já existe um projeto em andamento e vamos procurar acelerar a sua votação para que o governo não privatize esta companhia estatal sem autorização expressa do Senado Federal".

O senador argumentou que, além de possuir diversas minas em plena operação, a companhia vai receber a de Serra Pelada. "Nós temos a Serra Pelada Leste com 150 toneladas de ouro já detectadas e que será explorada pela Vale, e isto representa cerca de 1,8 bilhão de dólares. Além disso, a companhia acaba de descobrir uma nova província mineral de grandes proporções."

- Essa nova jazida é da ordem de 300 toneladas de ouro, no mínimo, além de igual quantidade de cobre. E tudo isso representa algo em torno de 3,6 bilhões de dólares. Somente essas duas jazidas vão além de 5 bilhões de dólares, preço pelo qual o governo pretende vender a Vale - salientou Edison Lobão.

Conforme o senador, "aquele que vier a adquirir a empresa pagará toda a sua compra com apenas as duas minas já detectadas. Isto é um absurdo. Não podemos concordar com a venda da Vale do Rio Doce, sobretudo por um preço aviltado dessa natureza".

Valmir defende servidores do Inep

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu a necessidade de se corrigir o que chamou de "grande injustiça" que, desde 1993, atinge os servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), pelo fato de não terem sido incluídos na lei que trata da carreira de pesquisa científica e tecnológica.

Depois de afirmar que são graves os prejuízos sofridos pelos servidores do Inep, o senador disse que, com a edição de uma medida provisória, o governo poderá corrigir a injustiça cometida contra esses funcionários.

- Eles simplesmente não tiveram a possibilidade de integrar-se, como seria justo, ao Sistema de Carreira da Pesquisa Científica e Tecnológica. Recorreram administrativamente da omissão em 1993, mas até hoje o processo tramita no Ministério da



Valmir Campelo

Educação e do Desporto, e ninguém sabe o porquê da lentidão - assinalou.

Conforme Valmir Campelo, no processo desses servidores constam pareceres favoráveis à inclusão do Inep entre as instituições voltadas para a pesquisa científica e tecnológica, o que ele considerará altamente justo. O senador disse que o Inep é uma entidade que, além de atuar nesse tipo de pesquisa desde 1938, coordena em âmbito nacional a pesquisa educacional de caráter científico e tecnológico.

- O Inep tem relevantes atividades em todos os estados brasileiros. Os trabalhos por ele executados têm merecido aplausos nacionais e internacionais. Mas, com o cochilo da Lei nº 8.691/93, não só os funcionários são prejudicados, como haverá sérios danos ao trabalho de coordenação da pesquisa em nível nacional - observou.

Valmir Campelo entende que, sem um órgão aglutinador e amparado em sólido e renovado sistema de recursos humanos, os trabalhos de investigação sobre educação se dispersarão por inúmeros órgãos estaduais e municipais. "E, é sempre bom lembrar, perderão o caráter científico e tecnológico, e o preço a se pagar será alto. Além da qualidade do produto, crucial para o desenvolvimento da educação em nosso País, registrar-se-á considerável perda financeira", disse.

Alcântara propõe maior difusão do livro

Aumento das compras governamentais destinadas a suprir bibliotecas públicas seria uma das formas de desenvolver a indústria editorial no País, segundo entende o senador

A XV Feira do Livro de Brasília, aberta na sexta-feira (dia 25) à noite no Pavilhão de Feiras e Exposições do Parque da Cidade, foi destacada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como "evento cultural sinalizador do desenvolvimento da indústria editorial no País".

Alcântara lamentou o fato de que o livro ainda seja acessível no Brasil apenas às elites, devido ao alto preço, como, acentuou, afirma o jornalista Victor Alegria, em artigo publicado no semanário *Seis Dias da Semana*. Para o senador, trata-se de um círculo vicioso, em que o mercado restrito leva à edição de livros com pequena tiragem e altos preços, que, por sua vez, mantém o mercado reduzido.

O barateamento do livro poderia ser alcançado, a seu ver, com um aumento das compras gover-



Lúcio Alcântara

namentais destinadas a suprir bibliotecas públicas. Ele também sugeriu o desenvolvimento de programas como o Pró-Ler, implementado pelo Ministério da Cultura e pela Biblioteca Nacional, até que, segundo frisou, desentendimentos entre o ministro Francisco Weffort e Afonso Romano de Sant'Anna levaram à demissão deste último e à interrupção do programa.

Senado participa de feira no DF

Os visitantes da XV Feira do Livro de Brasília têm a oportunidade de conhecer, no estande do Senado, o amplo acervo de obras editadas pela Casa, inclusive um CD-ROM com todas as leis brasileiras desde 1946, além de vídeos institucionais. Trinta e quatro títulos de publicações do Senado estão sendo comercializados na feira, entre elas a edição atualizada da Constituição brasileira e o Regime Jurídico Único.

O Senado participa da feira através do Cefraf, do Prodasen, das Subsecretarias de Edições Técnicas e da Biblioteca. No estande, foram instalados seis terminais que permitirão ao visitante o acesso à *home page* da Casa na Internet e ao CD-ROM. O público também pode ver uma exposição de publicações antigas, obras raras e valiosas pertencentes à Biblioteca do Senado, além de documentos históricos sobre Brasília.

Loyola quer avaliação de terrenos da União

O senador Henrique Loyola (PMDB-SC) pediu ao Executivo que destine recursos à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), para que esse órgão possa realizar a avaliação de terrenos próximos ao litoral, rios, lagos e ilhas, que legalmente pertencem à Marinha e estão ocupados em regime de enfiteuse. Para o senador, com a demora no cadastramento, na cobrança das taxas de ocupação e na venda de alguns dos lotes o governo deixa de arrecadar cerca de R\$ 50 bilhões.

Ele lembrou que a legislação sobre esses terrenos permite a sua ocupação por pessoas físicas e jurídicas, mediante o recolhimento junto à Receita Federal de pensão anual de ocupação no montante de 0,6% sobre o valor do imóvel e de uma taxa de 5% nos casos de compra e venda, com base em avaliação feita pelo Patrimônio da União.

Segundo Henrique Loyola, o SPU possui um plano de cadastramento dos lotes até o ano 2001 e necessita de R\$ 20 milhões para o custeio dos trabalhos, porém esse órgão conta apenas com R\$ 5 mi-



Henrique Loyola

lhões. "Cabe ao Governo complementar a disponibilidade dos recursos reclamados para que o cadastramento geral dos imóveis do Patrimônio seja realizado no máximo até a metade do próximo ano", disse.

- O setor público brasileiro é uma organização de desperdício, endividado e pagador de juros, que não sabe utilizar seus imensos recursos. Esse plano que prevê o cadastramento geral somente em 2001 é por demais conservador. É preciso uma ação enérgica para transformar em dinheiro e crédito pelo menos parte desse patrimônio e dar margem a soluções em outras frentes que requeiram prioridades do País - acentuou.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR NABOR JÚNIOR

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odaírc Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Supley ■ Ernília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Osmar Miranda ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal